

Pacote dará folga ao País até 2003. E depois?

Fabio Motta/AE-29/6/2001

Luludi/AE-10/10/95

Nos próximos 15 meses, Brasil retoma crescimento ou volta ao FMI, avaliam economistas

SERGIO LAMUCCI

Os próximos 15 meses serão decisivos para o Brasil: segundo analistas, o pacote do FMI deve dar alguma folga para o País até o fim de 2003 (desde que o próximo presidente cumpra as metas fiscais acertadas no acordo), mas a estratégia adotada nesse período é que vai definir se o Brasil vai retomar a trajetória de crescimento sustentado ou se mais uma vez terá de recorrer às instituições multilaterais de crédito, como o próprio FMI e o Banco Mundial. Economistas mais críticos em relação ao governo, como José Augusto Savasini e Paulo Nogueira Batista Jr., dizem que o caminho passa pela redução rápida da dependência do País de capitais externos, principalmente porque a disponibilidade de recursos estrangeiros para países emergentes tende a continuar baixa. Outros analistas mais afinados com o atual modelo econômico, como Fábio Giambiagi e José Márcio Camargo, dão mais ênfase ao aprofundamento do ajuste fiscal.

Para Savasini, professor da USP e sócio da Rosenberg & Associados, está muito claro o que tem de ser feito: reduzir significativamente e o mais rápido possível o déficit em contas correntes (que inclui a balança comercial, a de serviços e as transferências unilaterais), hoje em 3,5% a 4% do PIB, aumentando o saldo comercial. Savasini entende que o cenário externo deve continuar adverso. "A economia global não deve crescer barbaramente nos próximos meses e a liquidez internacional vai continuar baixa. Os investidores estrangeiros deverão permanecer cautelosos na hora de emprestar dinheiro para países emergentes." O economista entende que é preciso gerar saldos comerciais de US\$ 8 bilhões a US\$ 10 bilhões em 2003 e dar si-



Se o modelo de câmbio flutuante, metas de inflação e superávits primários for mantido e o cenário externo estiver menos hostil, o país poderá retomar um crescimento moderado, de 3,5% em 2003, atingindo 4% a 4,5% em 2004

Fábio Giambiagi, economista do BNDES

nais de que esse superávit será maior nos anos seguintes. Para isso, é preciso dar prioridade de fato às exportações e fazer uma reforma tributária desonerando os exportadores de impostos cumulativos como o PIS e o Cofins.

O professor da PUC-Rio José Márcio Camargo, sócio da Tendências Consultoria Integrada, tem uma visão bastante cética sobre a redução da vulnerabilidade externa por meio da obtenção de superávits comerciais expressivos. Saldos gigantescos num país como o Brasil requerem recessão ou inflação, ou uma combinação das duas coisas, afirma ele. Para Camargo, o mais importante é aumentar o fluxo de comércio, ou seja, a soma das exportações e importações. Como o valor das exportações (US\$ 55 bilhões ao ano) e das importações (US\$ 50

bilhões ao ano) é baixo, se o fluxo de capitais estrangeiros para o País cai fortemente, é preciso uma brutal desvalorização do câmbio e uma redução do nível de atividade para conseguir uma virada expressiva na balança comercial.

Camargo diz que isso tende a não ocorrer num país como o México, que tem um fluxo de comércio de cerca de US\$ 319 bilhões por ano. Se o fluxo de capitais para o país diminui, o ajuste que precisa ser feito nas exportações, de US\$ 155 bilhões ao ano, ou nas importações, de US\$ 164 bilhões ao ano, é bem menos doloroso do que no Brasil. Camargo lembra que o México tem um déficit comercial de US\$ 9 bi-



O País tem de aproveitar a pausa para respirar e tomar medidas fortes para reduzir a dependência de capitais externos, que nos obriga a recorrer com frequência ao FMI e passar o chapéu em Washington

Paulo Nogueira Batista Jr., professor da FGV

lhões e um buraco nas contas correntes de cerca de 3% do PIB e, mesmo assim, tem um risco país inferior a 400 pontos. O economista diz que um país que tem uma taxa muito baixa de poupança interna como o Brasil tem de contar com financiamento externo para crescer no curto prazo.

Paulo Nogueira Batista Jr., professor da FGV e pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, tem uma visão oposta à de Camargo. Para ele, o Brasil não consegue crescer principalmente por ter um défi-

cit em contas correntes muito elevado. O País, diz ele, tem de aproveitar a pausa para respirar, que deve ser proporcionada pelo acordo com o FMI, e tomar medidas fortes para reduzir a dependência do País de capitais externos, que obriga o Brasil a recorrer com frequência ao FMI e "passar o chapéu em Washington". Um programa amplo de promoção de exportações e de substituição de importações deve ser aprofundado. Bancos públicos como Banco do Brasil e BNDES precisam apoiar mais as exportações e os setores que podem economizar divisas, afirma. "É preciso adotar medidas que permitam à economia crescer de forma significativa no médio e longo prazo, a taxas anuais de pelo menos 5% a 6%, sem incorrer em desequilíbrios

preocupantes na conta corrente. Para isso, é preciso gerar superávits comerciais de US\$ 10 bilhões a US\$ 15 bilhões por ano e diminuir o déficit com turismo e fretes, por exemplo.)"

Modelo – Giambiagi, gerente de Macroeconomia do BNDES, entende que não há nada de substancialmente errado com o atual modelo econômico de câmbio flutuante, metas inflacionárias e superávits primários expressivos. "Se o modelo for mantido e o cenário externo estiver menos hostil, o País poderá retomar um ritmo de crescimento moderado, de 3,5% em 2003, atingindo 4% a 4,5% em 2004." Para Giambiagi, a redução do déficit em contas correntes empreendida desde a desvalorização do real é muito significativa: em 1998, o rombo ficou em US\$ 33,5 bilhões; neste ano, deve cair para US\$ 17 bilhões ou US\$ 18 bilhões, graças a um superávit comercial que pode atingir US\$ 6 bilhões.

Ele entende que, para ter um crescimento sustentado nos próximos anos, é fundamental fazer a reforma tributária e previdenciária, que garantam a manutenção de superávits primários nos atuais níveis ou até um pouco mais altos. Isso permitiria quedas sucessivas na taxa de juros, desde que o cenário externo ajude. "No entanto, se os EUA invadirem o Iraque e o barril de petróleo subir para US\$ 30, por exemplo, o País será afetado."

Para Camargo, os próximos três anos serão decisivos para o País conseguir crescer e reduzir a pobreza. Para conseguir superávits primários de 3,75% a 4% do PIB nesse período, ele acredita que será necessário fazer a reforma fiscal, racionalizando a estrutura de impostos e de gastos do País, e a reforma da Previdência, para acabar com distorções graves no sistema. Savasini e Batista Jr., dão mais ênfase ao ajuste do setor externo. Nem por isso discordam de que é preciso manter o superávit primário nos atuais níveis, para estabilizar a relação dívida/PIB.

'PAÍS TEM DE APROVEITAR A PAUSA PARA RESPIRAR'